

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e o Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009		Nota	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
<b>ATIVOS</b>					<b>PASSIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	6.244	17.223	8.892	Fornecedores .....	12	40.678	67.708	32.406
Aplicações financeiras.....	6	32.053	26.817	29.269	Empréstimos e Financiamentos .....	13	8.972	16.877	10.301
Créditos e contas a receber de usuários.....	7	73.155	77.409	62.671	Juros sobre capital próprio .....	20.3	30.875	22.981	20.981
Estoques de Materiais.....		3.403	3.601	4.861	Participação de empregados.....		4.283	6.140	5.407
Adiantamento a empregados e fornecedores .....		3.236	3.247	3.655	Contribuições para FAECES .....	17	6.116	5.139	5.139
Impostos a recuperar.....	8	5.447	5.893	1.487	Impostos e contribuições a recolher.....	14	12.390	11.975	9.468
Outros créditos a receber.....		<b>1.321</b>	<b>382</b>	<b>2.928</b>	Provisão para férias e encargos.....		9.872	11.699	10.780
<b>Total do Ativo Circulante .....</b>		<b>124.859</b>	<b>134.572</b>	<b>113.763</b>	Provisão para contingências .....	15	196	596	1.568
Créditos e contas a receber de usuários.....	7	4.775	5.291	6.918	Outras contas a pagar.....		<b>3.155</b>	<b>2.110</b>	<b>1.652</b>
Depósitos judiciais.....	15	17.584	15.101	9.721	<b>Total do Passivo Circulante.....</b>		<b>116.537</b>	<b>145.225</b>	<b>97.702</b>
Impostos a recuperar.....	8	187	454	1.293	Empréstimos e Financiamentos .....	13	181.324	113.611	68.554
Impostos diferidos.....	8	22.475	21.122	26.383	Impostos e contribuições a pagar.....	16	129.327	130.938	125.229
Contratos de concessões indenizáveis .....	11	40.405	33.062	25.674	Provisão para contingências .....	15	12.309	13.956	13.956
Investimentos .....		95	95	95	Contribuições para FAECES .....	17	30.728	36.295	53.008
Imobilizado .....	9	31.706	25.834	24.702	Créditos de acionistas .....	18	276.149	199.294	125.208
Intangíveis .....	10	<b>1.561.162</b>	<b>1.345.347</b>	<b>1.094.001</b>	Subvenções para investimento .....		<b>2.882</b>	<b>1.948</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante.....</b>		<b>1.678.389</b>	<b>1.446.306</b>	<b>1.188.787</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante.....</b>		<b>632.719</b>	<b>496.042</b>	<b>385.955</b>
<b>Total do Ativo.....</b>		<b>1.803.248</b>	<b>1.580.878</b>	<b>1.302.550</b>	Capital social .....	20.1	848.280	724.210	598.711
					Reserva de lucros.....	20.2	75.810	81.260	64.415
					Reserva de reavaliação.....	10.3	<b>129.902</b>	<b>134.141</b>	<b>155.767</b>
					<b>Total do patrimônio líquido .....</b>		<b>1.053.992</b>	<b>939.611</b>	<b>818.893</b>
					<b>Total do Passivo .....</b>		<b>749.256</b>	<b>641.267</b>	<b>483.657</b>
					<b>Total do Patrimônio Líquido .....</b>		<b>1.053.992</b>	<b>939.611</b>	<b>818.893</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<b>1.803.248</b>	<b>1.580.878</b>	<b>1.302.550</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Receitas das operações continuadas.....	21	408.096	379.656	Despesas financeiras e fiscais .....	22	<b>(26.443)</b>	<b>(14.054)</b>
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(121.410)	(118.956)	<b>Resultado antes dos impostos .....</b>		<b>71.775</b>	<b>83.946</b>
Custos dos serviços de esgoto.....		(49.316)	(46.197)	Provisão para contribuição social.....	26.2	(2.120)	(2.309)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto .....		<b>(41.497)</b>	<b>(31.410)</b>	Provisão para imposto de renda.....	26.1	<b>(2.958)</b>	<b>(5.189)</b>
<b>Lucro Bruto .....</b>		<b>195.873</b>	<b>183.093</b>	<b>Resultado líquido das operações em continuidade antes da participação dos empregados .....</b>		<b>66.697</b>	<b>76.448</b>
Despesas comerciais .....	23	(51.451)	(47.423)	Participação dos empregados.....	20.5	<b>(4.283)</b>	<b>(6.140)</b>
Despesas administrativas.....	24	(69.407)	(73.037)	<b>Lucro Líquido do Exercício .....</b>		<b>62.414</b>	<b>70.308</b>
Outras receitas operacionais.....	25	<b>23.203</b>	<b>35.367</b>				
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos.....</b>		<b>98.218</b>	<b>98.000</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Instalação de 1.640 km de redes de esgoto até final de 2011



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Investimentos	Legal	Reserva de Reavaliação	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b> .....		<b>598.711</b>	<b>44.629</b>	<b>6.203</b>	<b>155.767</b>	<b>13.583</b>	<b>818.893</b>
Lucro Líquido do Exercício .....		-	-	-	-	70.308	70.308
Realização da reserva de reavaliação .....	10.3	-	-	-	(16.812)	16.812	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação .....	10.3	-	-	-	2.646	(2.646)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação .....	10.3	-	-	-	(7.460)	-	(7.460)
<b>Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido</b>							
<b>Contribuições e Distribuições de/e para os acionistas</b>							
Absorção da reserva de investimentos .....		44.629	(44.629)	-	-	-	-
Aumento de capital social .....		80.870	-	-	-	-	80.870
<b>Destinação do Lucro</b>							
Constituição da reserva legal .....	20.2	-	-	2.634	-	(2.634)	-
Constituição da reserva de investimento .....	20.4	-	72.423	-	-	(72.423)	-
Juros sobre capital próprio .....	20.3	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b> .....		<b>724.210</b>	<b>72.423</b>	<b>8.837</b>	<b>134.141</b>	<b>-</b>	<b>939.611</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.414</b>	<b>62.414</b>
Realização da reserva de reavaliação .....	10.3	-	-	-	(6.422)	6.422	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação .....	10.3	-	-	-	2.183	(2.183)	-
<b>Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido</b>							
<b>Contribuições e Distribuições de/e para os acionistas</b>							
Absorção da reserva de investimentos .....	20.4	41.203	(41.203)	-	-	-	-
Aumento de capital social .....		82.867	-	-	-	-	82.867
<b>Destinação do Lucro</b>							
Constituição da reserva legal .....	20.2	-	-	3.121	-	(3.121)	-
Constituição da reserva de investimento .....	20.4	-	32.632	-	-	(32.632)	-
Juros sobre capital próprio .....	20.3	-	-	-	-	(30.900)	(30.900)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b> .....		<b>848.280</b>	<b>63.852</b>	<b>11.958</b>	<b>129.902</b>	<b>-</b>	<b>1.053.992</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b> .....			
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto .....		432.715	406.033	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		247.086	217.861
Provisões diversas .....		(5.873)	6.905	Dividendos de investimentos avaliados ao custo .....		5	26
Outras receitas .....		<b>12.982</b>	<b>7.733</b>	Receitas financeiras e variações monetárias ativas .....		7.320	9.536
		<b>439.824</b>	<b>420.671</b>	Aluguéis .....		<b>76</b>	<b>108</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>						<b>7.401</b>	<b>9.670</b>
Materiais consumidos .....		(15.099)	(17.241)	<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....		<b>254.487</b>	<b>227.531</b>
Serviços consumidos e outros custos .....		(92.352)	(91.946)	<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais .....		<b>(47.581)</b>	<b>(62.530)</b>	<b>Empregados</b>			
		<b>(155.032)</b>	<b>(171.717)</b>	Salários e encargos .....		95.553	77.896
<b>RETENÇÕES</b>				Participação dos empregados nos lucros .....		4.283	6.140
Depreciação e amortização .....		<b>(37.706)</b>	<b>(31.093)</b>	Planos de aposentadoria e pensão .....		2.306	3.178
		<b>(37.706)</b>	<b>(31.093)</b>	Assistência médica e odontológica .....		<b>5.585</b>	<b>4.630</b>
						<b>107.727</b>	<b>91.844</b>
				Governo .....		35.310	44.626
				Financiadores .....		49.037	20.753
				Acionistas .....		30.900	23.000
				Lucros retidos .....		<b>31.513</b>	<b>47.308</b>
						<b>254.487</b>	<b>227.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010	2009		2010	2009
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<b>62.113</b>	<b>105.403</b>
Resultado do período	62.414	70.308			
Ajustes para:			<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Depreciação e amortização	37.705	31.093	Aumento de ativo imobilizado	(259.672)	(286.492)
Provisão para contingências	(2.047)	(972)	Recebimento de venda do imobilizado	<b>360</b>	<b>611</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.106	894			
Participações de empregados	4.283	6.140	<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<b>(259.312)</b>	<b>(285.881)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.268	3.450			
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	(139)	(4.227)	<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Lucro na Alienação de imobilizado	(231)	(291)	Aumento empréstimo bancário	59.947	55.860
Baixas do Ativo Intangível	<b>152</b>	<b>2.602</b>	Juros sobre Capital Próprio	7.894	(130)
	<b>112.511</b>	<b>108.997</b>	Participação de empregados	(6.140)	(5.407)
			Crédito para aumento de capital	76.855	74.086
(Aumento) redução de ativos			Aumento de capital	51.966	60.000
Contas a Receber de Clientes	(2.336)	(14.005)	Aumento Subvenções para investimentos	<b>934</b>	<b>1.948</b>
Estoque de material	198	1.260			
Adiantamento a empregados	11	408	<b>Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento</b>	<b>191.456</b>	<b>186.357</b>
Impostos a recuperar	(640)	1.694			
Aumento em Contratos de concessões indenizáveis	(7.343)	(7.388)	<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.743)</b>	<b>5.879</b>
Outros	(3.422)	(2.834)			
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.040	38.161
Aumento (redução) de passivos			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>38.297</b>	<b>44.040</b>
Fornecedores Materiais e Serviços	(27.030)	35.302			
Salários, férias e encargos sociais	(1.827)	919	<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.743)</b>	<b>5.879</b>
Impostos e contribuições	(4.464)	(2.695)			
Contribuições a FAECES	(4.590)	(16.713)			
Outros	<b>1.045</b>	<b>458</b>			
	<b>(50.398)</b>	<b>(3.594)</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cesan foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A Cesan é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão satisfazer a seus clientes prestando serviços de saneamento básico com qualidade, contribuindo para a preservação e melhoria do meio ambiente, saúde da população e do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Espírito Santo.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos nesse Estado, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

De um total de 78 (setenta e oito) municípios do Estado do Espírito Santo, a Cesan opera em 52 (cinquenta e dois), inclusive os 7 (sete) municípios da região metropolitana da Grande Vitória. Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas. A seguir, relacionamos as 10 (dez) maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Localidade	Concessões de água		Concessões de esgoto		
	N.º de ligações		N.º de ligações		
	2010	2009	Localidade	2010	2009
Serra	101.819	99.488	Serra	40.085	39.526
Vila Velha	88.948	86.368	Vitória	19.531	19.045
Cariacica	84.740	82.657	Cariacica	15.003	13.668
Vitória	55.561	54.605	Vila Velha	9.932	8.457
Guarapari	27.193	26.584	Guarapari	5.929	5.881
Viana	14.495	13.963	Castelo	5.259	5.038
Nova Venécia	9.118	8.922	Viana	5.102	5.101
Barra de São Francisco	8.591	8.279	Piúma	4.311	3.783
Conceição da Barra	8.483	8.199	São Gabriel da Palha	3.383	3.175
Piúma	8.440	8.082	Venda Nova do Imigrante	2.775	2.553

As empresas de saneamento básico têm gestão sujeita às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo e suas tarifas sob condução da Agência Estadual Reguladora – ARSI por meio de comissões específicas.

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No exercício de 2010, foram investidos aproximadamente R\$259.672 (R\$286.492 em 2009) em projetos dessa natureza.

### 2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### USO DE ESTIMATIVAS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

# 4.020 empregos indiretos gerados em 2010



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## MOEDA

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda nacional e funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar (R\$1.000) mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

### b. Ativos financeiros

#### (i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

#### (ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

Contas a receber de clientes

#### (i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

#### (ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### c. Estoques de materiais

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

### d. Impostos a Recuperar

A Cesan possui tributos recolhidos a maior ou créditos ainda não aproveitados registrados de acordo com o princípio de equilíbrio abordado pelo RTT- Regime Tributário de Transição, que serão baixados de acordo com necessidade gerencial e Lei 11.941/09 e suas alterações. Os créditos são registrados pelo valor de recuperação atual.

### e. Ativos Intangíveis

#### (i) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (p) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Em função da adoção da ICPC 01 Contratos de Concessão a partir de 01 de janeiro de 2010, a Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, conforme requerido pela ICPC 01, de acordo com a CPC 17, considerando as margens de construção conforme descritas na nota 11. Os valores foram recalculados para apresentação dos comparativos com o exercício de 2009. Anteriormente estes custos de construção ou aquisição de ativos eram contabilizados como ativo imobilizado, pelo custo da transação.

#### (ii) Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela CESAN de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

#### (iii) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

### f. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações .....	25 – 50
Máquinas .....	10 – 15
Veículos .....	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos .....	3 – 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.



**g. Passivo atuarial**

A Companhia patrocina plano de previdência privada administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar. O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora CESAN.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2010, conforme orientação e regras do CPC 33.

**h. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

**(i) Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecidos como sendo de valor justo.

**(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**(iii) Apresentação pelo líquido**

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelo seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**i. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**(i) Prestação de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**(ii) Contratos de construção**

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

	2010	2009
Subcontratações.....	1,7%	1,7%
Materiais de obras.....	4%	4%
Supervisão de contratos – Divisão de Expansão.....	12%	12%
Juros.....	12%	12%

**j. Custos dos empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

**k. Salários e encargos sociais**

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**l. Provisão para contingências**

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

**m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

**n. Subvenções para investimentos**

A Cesan recebe repasses à fundo perdido sob contra-ordem de investimentos nos sistemas de água e esgoto em determinadas localidades e/ou regiões. Esses repasses estão registrados de acordo com o CPC-07, e seu reconhecimento como receita está condicionado ao início de funcionamento dos sistemas envolvidos.

**o. Contratos de concessão**

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com interveniência do Estado do Espírito Santo. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (f) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui na maioria de seus contratos um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

**p. Demais ativos e passivos circulantes e a longo prazo**

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data do balanço.

**q. Efeitos da primeira adoção do IFRS**

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

# 2,2 milhões de pessoas abastecidas com água de qualidade



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotadas. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia é apresentada na tabela seguinte e nas notas que a acompanham.

	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalente de caixa..	38.161	-	38.161	44.040	-	44.040
Créditos e contas a receber de usuários.....	62.671	-	62.671	77.409	-	77.409
Estoques de materiais.....	4.861	-	4.861	3.601	-	3.601
Impostos a recuperar.....	1.487	-	1.487	5.893	-	5.893
Outros créditos a receber.....	<b>6.583</b>	-	<b>6.583</b>	<b>3.629</b>	-	<b>3.629</b>
Total do ativo circulante.....	113.763	-	113.763	134.572	-	134.572
Créditos e contas a receber de usuários.....	6.918	-	6.918	5.291	-	5.291
Contratos de concessões (a)..	-	25.674	25.674	-	33.062	33.062
Depósitos judiciais.....	9.721	-	9.721	15.101	-	15.101
Impostos a recuperar.....	1.293	-	1.293	454	-	454
Impostos diferidos.....	26.383	-	26.383	21.122	-	21.122
Investimentos.....	95	-	95	95	-	95
Imobilizado.....	24.706	-	24.706	25.834	-	25.834
Intangível (a).....	<b>1.106.088</b>	<b>(12.091)</b>	<b>1.093.997</b>	<b>1.347.189</b>	<b>(1.841)</b>	<b>1.345.348</b>
Total do ativo não circulante...	1.175.204	13.583	1.188.787	1.415.086	31.221	1.446.307
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>1.288.967</b>	<b>13.583</b>	<b>1.302.550</b>	<b>1.549.658</b>	<b>31.221</b>	<b>1.580.879</b>

	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores.....	32.406	-	32.406	67.708	-	67.708
Financiamentos.....	10.301	-	10.301	16.877	-	16.877
Juros sobre capital próprio.....	20.981	-	20.981	22.981	-	22.981
Participação de empregados..	5.407	-	5.407	6.140	-	6.140
Contribuições para FAECES ..	5.139	-	5.139	5.139	-	5.139
Impostos e contribuições a recolher.....	9.468	-	9.468	11.975	-	11.975
Provisão para férias e encargos.....	10.780	-	10.780	11.699	-	11.699
Provisão para contingências ..	1.568	-	1.568	596	-	596
Outras contas a pagar.....	<b>1.652</b>	-	<b>1.652</b>	<b>2.110</b>	-	<b>2.110</b>
Total do passivo circulante.....	97.702	-	97.702	145.225	-	145.225
Financiamentos.....	68.554	-	68.554	113.611	-	113.611
Impostos e contribuições a recolher.....	125.229	-	125.229	130.938	-	130.938
Provisão para contingências ..	13.956	-	13.956	13.956	-	13.956
Contribuições para FAECES ..	53.008	-	53.008	36.295	-	36.295
Créditos de acionistas.....	125.208	-	125.208	199.294	-	199.294
Outras contas a pagar.....	-	-	-	<b>1.948</b>	-	<b>1.948</b>
Total do passivo não circulante.....	385.955	-	385.955	496.042	-	496.042
Capital social.....	598.711	-	598.711	724.210	-	724.210
Reserva legal.....	6.203	-	6.203	8.837	-	8.837
Reserva de investimentos (a).....	44.629	13.583	58.212	41.203	31.221	72.424
Reserva de reavaliação.....	<b>155.767</b>	-	<b>155.767</b>	<b>134.141</b>	-	<b>134.141</b>
Total do patrimônio líquido.....	805.310	13.583	818.893	908.391	31.221	939.612
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.288.967</b>	<b>13.583</b>	<b>1.302.550</b>	<b>1.549.658</b>	<b>31.221</b>	<b>1.580.879</b>

	31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS.....	379.656	-	379.656
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	(118.956)	-	(118.956)
Custos dos serviços de esgoto.....	(46.197)	-	(46.197)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto.....	(31.410)	-	(31.410)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	(196.563)	-	(196.563)
LUCRO BRUTO.....	183.093	-	183.093
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....			
Despesas comerciais.....	(47.423)	-	(47.423)
Despesas administrativas.....	(73.037)	-	(73.037)
Despesas financeiras e fiscais.....	(14.054)	-	(14.054)
Juros sobre capital próprio (b).....	(23.000)	23.000	-
Outras receitas operacionais (a).....	<b>17.728</b>	<b>17.639</b>	<b>35.367</b>
	(139.786)	40.639	(99.147)
LUCRO OPERACIONAL.....	43.307	-	83.946
Provisão para contribuição social.....	(2.309)	-	(2.309)
Provisão para imposto de renda.....	<b>(5.189)</b>	-	<b>(5.189)</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS.....	35.809	-	76.448
Participação dos empregados.....	<b>(6.140)</b>	-	<b>(6.140)</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.....	29.669	-	70.308
Reversão dos juros sobre capital próprio (b).....	<b>23.000</b>	<b>(23.000)</b>	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	<b>52.669</b>	<b>(23.000)</b>	<b>70.308</b>

- (a) Ajuste referente adoção do ICPC 01 (Contratos de concessão), sendo reconhecida para o saldo de abertura e exercício de 2009 a parcela de ativo financeiro a valor presente. No resultado do exercício os ajustes são referentes aos seguintes assuntos: i) reconhecimento da receita de construções; ii) realização do ajuste a valor presente constituído sobre ativo financeiro; e iii) reversão de parcela de despesa com amortização pela adequação das taxas ao prazo das concessões por município.
- (b) Apresentação dos juros sobre capital próprio apenas na Demonstração das mutações do patrimônio líquido por se tratar de uma destinação do resultado do exercício.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa.....	36	274	103
Bancos - conta movimento.....	<b>6.208</b>	<b>16.949</b>	<b>8.789</b>
<b>Total</b> .....	<b>6.244</b>	<b>17.223</b>	<b>8.892</b>

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado. Os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banestes.....	6.034	17.128	13.811
Banco do Brasil.....	2.863	4.950	1.219
Banco Real.....	6	6	5
Caixa Econômica Federal.....	<b>23.150</b>	<b>4.733</b>	<b>14.234</b>
<b>Total</b> .....	<b>32.053</b>	<b>26.817</b>	<b>29.269</b>

## 7. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Valores a receber de usuários.....	74.840	4.775	79.615	69.460	5.291	74.751	55.466	8.473	63.939
Consumo não faturado.....	17.451	-	17.451	16.748	-	16.748	14.455	-	14.455
Arrecadação a discriminar (4.774).....	(4.774)	-	(4.774)	(1.543)	-	(1.543)	(774)	-	(774)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(14.362)	-	(14.362)	(7.256)	-	(7.256)	(6.362)	-	(6.362)
(-) Ajuste a valor presente.....	-	-	-	-	-	-	(114)	(1.555)	(1.669)
	<b>73.155</b>	<b>4.775</b>	<b>77.930</b>	<b>77.409</b>	<b>5.291</b>	<b>82.700</b>	<b>62.671</b>	<b>6.918</b>	<b>69.589</b>

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Valores faturados</b>			
A vencer (circulante + realizável a longo prazo)....	27.165	26.345	21.907
Vencidos até 30 dias.....	12.138	11.534	10.150
Vencidos de 31 a 60 dias.....	6.636	6.438	5.704
Vencidos de 61 a 90 dias.....	4.183	3.741	3.549
Vencidos de 91 a 120 dias.....	3.588	3.260	2.929
Vencidos de 121 a 150 dias.....	3.595	3.063	2.507
Vencidos de 151 a 180 dias.....	2.881	2.717	2.182
Vencidos acima de 180 dias.....	<b>7.434</b>	<b>5.372</b>	<b>4.403</b>
	67.620	62.470	53.331
Parcelamentos a vencer.....	<b>11.995</b>	<b>12.281</b>	<b>10.608</b>
<b>Total</b> .....	<b>79.615</b>	<b>74.751</b>	<b>63.939</b>

Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R\$26.760 em perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica de perdas no recebimento de tarifas. Em 2009, essas perdas foram de R\$23.006. Tais valores podem ser detalhados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Baixa direta de valores até R\$5.000.....	32.722	29.502
Reversão de perdas no recebimento das tarifas.....	(6.513)	(6.706)
Perdas de R\$5.000 a R\$30.000.....	621	326
Recebimento de perdas de R\$5.000 a R\$30.000.....	(70)	(116)
	<b>26.760</b>	<b>23.006</b>

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

### 8.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda antecipado (a).....	3.421	3.964	789
Contribuição Social (a).....	1.282	1.531	293
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	317	215	243
PASEP Lei nº 9.430/96.....	229	142	125
Contribuições previdenciárias.....	<b>198</b>	<b>41</b>	<b>37</b>
<b>Total</b> .....	<b>5.447</b>	<b>5.893</b>	<b>1.487</b>

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 21.

### 8.2. Não Circulante

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda.....	138	334	951
Contribuição social.....	<b>49</b>	<b>120</b>	<b>342</b>
	<b>187</b>	<b>454</b>	<b>1.293</b>
IR e CSLL sobre adições temporárias.....	<b>22.475</b>	<b>21.122</b>	<b>26.383</b>
	22.475	21.122	26.383
<b>Total</b> .....	<b>22.662</b>	<b>21.576</b>	<b>27.676</b>

Os valores de Imposto de Renda e à Contribuição Social reconhecidos no ativo não circulante correspondem ao saldo do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008. Além disso, a Companhia registra o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, que serão reconhecidos na base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurado pela Companhia.

## 9. IMOBILIZADO

### 9.1. Composição dos saldos

#### Tangível

Em operação	Taxas anuais de depreciação %	Custo	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
			Depreciação acumulada	Total Líquido	Total	Total	Total	Total	Total		
Terrenos.....	-	3.740	-	3.740	3.740	3.740	3.740	3.740	3.740	3.740	
Edificações e estruturas ...	4	14.179	(4.796)	9.383	8.388	8.665	8.665	8.665	8.665	8.665	
Móveis e utensílios.....	10	5.554	(2.412)	3.142	2.724	2.358	2.358	2.358	2.358	2.358	
Veículos Equip. Transportes.....	20	10.685	(7.004)	3.681	5.451	4.816	4.816	4.816	4.816	4.816	
Máquinas e Equipamentos.....	10	5.730	(3.169)	2.561	2.361	2.566	2.566	2.566	2.566	2.566	
Equipamentos - laboratório.....	10	646	(375)	271	311	366	366	366	366	366	
Computadores e periféricos.....	20	13.688	(4.760)	8.928	2.858	2.190	2.190	2.190	2.190	2.190	
ETA.....	4	-	-	-	1	1	1	1	1	1	
<b>Total</b> .....		<b>54.222</b>	<b>(22.516)</b>	<b>31.706</b>	<b>25.834</b>	<b>24.702</b>	<b>24.702</b>	<b>24.702</b>	<b>24.702</b>	<b>24.702</b>	

### 9.2. Movimentação

#### Tangível

Tangível	01/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em			Saldo em
				31/12/2009	Adições	Reclassif	
Terrenos.....	3.740	-	-	3.740	-	-	3.740
Edificações e estruturas.....	12.418	222	-	12.640	1.539	-	14.179
Móveis e utensílios.....	4.498	725 (277)	-	4.946	893	(285)	5.554
Veículos equip. transportes ..	8.361	2.478 (61)	-	10.778	135	(228)	10.685
Máquinas e equipamentos ...	5.672	427 (1.206)	-	4.893	837	-	5.730
Equipamentos - laboratório ..	658	9 (23)	-	644	26	(25)	646
Computadores e periféricos ..	4.715	1.551 (12)	-	6.254	7.891	(456)	13.688
ETA.....	3	-	-	3	-	(3)	-
	40.065	5.413 (1.579)	-	43.899	11.321	(994)	54.222

### 10. INTANGÍVEL

A Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 52 localidades do Estado do Espírito Santo. Os novos contratos de concessão são firmados com cada município (exceto região metropolitana da Grande Vitória), por períodos fixos em 30 anos.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Infraestrutura – ARSI-ES e são revistas anualmente (normalmente no mês 07), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das concessões estão descritas na Nota 11.

#### 10.1. Composição dos saldos

##### Intangível

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão.

Em operação	Taxas de Amortiz. %	Custo	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
			Amortização acumulada	Total Líquido	Total	Total	Total	Total			
Terrenos.....	-	25.438	-	25.438	25.652	24.903	24.903	24.903	24.903	24.903	
Barragens/tomadas.....	4	26.631	(11.140)	15.491	16.189	14.737	14.737	14.737	14.737	14.737	
Edificações e estruturas.....	4	3.771	(950)	2.821	1.935	2.046	2.046	2.046	2.046	2.046	
Estações de bombas.....	4	49.809	(13.706)	36.103	28.553	29.789	29.789	29.789	29.789	29.789	
Reservatórios.....	4	52.793	(21.162)	31.631	26.544	27.426	27.426	27.426	27.426	27.426	
ETE.....	4	110.974	(34.129)	76.845	74.537	78.414	78.414	78.414	78.414	78.414	
Tubulações.....	2	651.362	(176.823)	474.539	436.937	428.148	428.148	428.148	428.148	428.148	
Linhas de transmissão.....	5	8	(3)	5	5	5	5	5	5	5	
Ligações prediais.....	2	121.420	(34.335)	87.085	84.432	79.725	79.725	79.725	79.725	79.725	
Móveis e utensílios.....	10	124	(51)	73	69	76	76	76	76	76	
Veículos Equip. Transportes.....	20	175	(70)	105	139	1	1	1	1	1	
Hidrômetros.....	10	53.021	(17.857)	35.164	27.220	23.748	23.748	23.748	23.748	23.748	
Máquinas e Equipamentos.....	10	110.864	(62.134)	48.734	48.300	54.502	54.502	54.502	54.502	54.502	
Equipamentos - laboratório.....	10	3.117	(1.883)	1.230	1.180	1.243	1.243	1.243	1.243	1.243	
Computadores e periféricos.....	20	42	(23)	19	37	45	45	45	45	45	
ETA.....	4	54.947	(17.290)	37.657	38.901	34.191	34.191	34.191	34.191	34.191	
Softwares.....	-	21.877	(6.071)	15.806	18.912	3.962	3.962	3.962	3.962	3.962	
Contratos de concessão.....	-	24.622	(1.460)	23.162	24.172	16.987	16.987	16.987	16.987	16.987	
		<b>1.310.995</b>	<b>(399.086)</b>	<b>911.908</b>	<b>853.714</b>	<b>819.948</b>	<b>819.948</b>	<b>819.948</b>	<b>819.948</b>	<b>819.948</b>	
<b>Em andamento</b>											
Almoxarifado para obras (a).....		26.270	-	26.270	34.870	26.164	26.164	26.164	26.164	26.164	
Obras diversas (b).....		<b>615.325</b>	-	<b>615.325</b>	<b>458.603</b>	<b>259.980</b>	<b>259.980</b>	<b>259.980</b>	<b>259.980</b>	<b>259.980</b>	
		641.595	-	641.595	493.473	286.143	286.143	286.143	286.143	286.143	
<b>Sub-Total</b> .....		<b>1.952.590</b>	<b>(399.086)</b>	<b>1.553.503</b>	<b>1.347.187</b>	<b>1.106.092</b>	<b>1.106.092</b>	<b>1.106.092</b>	<b>1.106.092</b>	<b>1.106.092</b>	
<b>Ajustes de aplicação do ICPC-01 (c)</b>											
Reclassificação p/ativo financ. realiz. longo prazo.....		(27.514)	-	(27.514)	(27.514)	(25.674)	(25.674)	(25.674)	(25.674)	(25.674)	
Reversão de amortiz. do período.....		12.091	9.500	21.590	12.091	-	-	-	-	-	
Baixas acumul. contra PL.....		13.583	-	13.583	13.583	13.583	13.583	13.583	13.583	13.583	
<b>Total</b> .....		<b>1.950.750</b>	<b>(389.586)</b>	<b>1.561.162</b>	<b>1.345.347</b>	<b>1.094.001</b>	<b>1.094.001</b>	<b>1.094.001</b>	<b>1.094.001</b>	<b>1.094.001</b>	



# 24 milhões de m<sup>3</sup> de esgoto deixaram de ser lançados no meio ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(a) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(b) Impacto da adoção inicial do ICPC-01

## 10.2. Movimentação dos saldos do ativo intangível

Intangível	01/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em				Saldo em 31/12/2010
				31/12/2009	Adições	Reclassif	Baixas	
Terrenos.....	24.903	750	-	25.653	203	(418)	-	25.438
Barragens/tomadas .....	23.853	2.420	(5)	26.268	358	5	-	26.631
Edificações e estruturas .....	2.770	-	-	2.770	1.001	-	-	3.771
Estações de bombas.....	40.166	485	(115)	40.536	9.278	(5)	-	49.809
Reservatórios .....	44.958	920	-	45.878	6.915	-	-	52.793
ETE.....	104.160	291	-	104.451	6.523	-	-	110.974
Tubulações .....	583.505	20.540	-	604.045	47.737	472	(892)	651.362
Linhas de transmissão.....	8	-	-	8	-	-	-	8
Ligações prediais.....	109.786	6.934	-	116.720	4.700	-	-	121.420
Móveis e utensílios.....	991	3	-	994	-	(10)	(860)	124
Veículos equip. transportes ..	2.285	162	-	2.447	-	(1)	(2.271)	175
Hidrômetros .....	37.852	6.622	-	44.474	12.255	(65)	(3.643)	53.021
Máquinas e equipamentos ..	94.003	10.702	(1)	104.704	9.362	19	(3.221)	110.864
Equipamentos - laboratório ..	2.911	196	-	3.107	339	10	(339)	3.117
Computadores e periféricos ..	1.331	-	-	1.331	3	(5)	(1.287)	42
ETA.....	47.279	6.726	-	54.005	938	4	-	54.947
Softwares.....	3.962	16.731	-	20.693	1.184	-	-	21.877
Contratos de concessão.....	16.987	7.635	-	24.622	-	-	-	24.622
Almoxarifado para obras .....	27.747	7.124	-	34.871	-	-	(8.601)	26.270
Obras diversas .....	<b>258.395</b>	<b>200.207</b>	-	<b>458.602</b>	<b>156.723</b>	-	-	<b>615.325</b>
<b>Sub-total.....</b>	<b>1.427.852</b>	<b>288.448</b>	<b>(121)</b>	<b>1.716.179</b>	<b>257.519</b>	<b>(1)</b>	<b>(21.113)</b>	<b>1.952.590</b>
Ajustes.....	<b>(12.091)</b>	<b>12.091</b>	<b>(1.840)</b>	<b>(1.840)</b>	-	-	-	<b>(1.840)</b>
<b>Total.....</b>	<b>1.415.761</b>	<b>300.539</b>	<b>(1.961)</b>	<b>1.714.339</b>	<b>257.519</b>	<b>(1)</b>	<b>(21.113)</b>	<b>1.950.750</b>

## 10.3. Reavaliação de bens do ativo

Em 31 de dezembro de 1997 foi efetuada a reavaliação do ativo imobilizado, cuja finalidade principal foi ajustar a reavaliação realizada em 31 de dezembro de 1994, bem como redimensionar as aquisições realizadas entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1997.

A reavaliação atingiu o montante líquido de R\$369.516 mil, sendo contabilizada em 31 de dezembro de 1998 na conta do ativo imobilizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação. Posteriormente estes valores foram reclassificados para o Ativo Intangível, pela vinculação dos bens aos contratos de concessões.

Durante o exercício de 2010 foi realizado o montante de R\$4.239 mil líquido do imposto de renda e contribuição social. Esses valores foram considerados para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os efeitos da depreciação/amortização no resultado do exercício são de R\$3.820 mil.

## 11. VALOR INDENIZÁVEL DAS CONCESSÕES VERSUS RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A Companhia possui, em 31 de DEZEMBRO de 2010, R\$40.404 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$33.061 em 31 de dezembro de 2009). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados as respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A Cesan realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17, estão demonstrados abaixo:

	2010	2009
Receitas de Construção .....	12.176	5.880
Custos de construção.....	(10.451)	(5.047)
<b>Total .....</b>	<b>1.725</b>	<b>833</b>

## 12. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores de materiais.....	2.543	10.281	3.145
Fornecedores de serviços.....	38.135	25.630	22.616
Fornecedores - Projeto Águas Limpas (a).....	-	<b>31.797</b>	<b>6.645</b>
<b>Total .....</b>	<b>40.678</b>	<b>67.708</b>	<b>32.406</b>

(a) Em maio de 2010 a Companhia passou a utilizar sistema integrado tipo ERP-R3, onde passou a unificar os fornecedores do projeto Águas Limpas às contas "Fornecedores de Serviços" e "Fornecedores de materiais".

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos com as instituições financeiras e estão assim demonstrados:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
<b>Em moeda nacional</b>									
BNDES (c).....	-	48.035	48.035	-	20.496	20.496	-	-	-
BNDES - Águas Limpas (c).....	-	-	-	-	9.929	9.929	-	-	-
Banco do Brasil.....	-	-	-	-	5	5	341	8	349
CEF - Águas Limpas (a).....	-	-	-	1.094	25.484	26.578	205	15.749	15.954
CEF (a).....	<b>5.756</b>	<b>112.423</b>	<b>118.179</b>	<b>12.265</b>	<b>48.514</b>	<b>60.779</b>	<b>6.065</b>	<b>37.212</b>	<b>43.277</b>
	<b>5.756</b>	<b>160.458</b>	<b>166.214</b>	<b>13.359</b>	<b>104.428</b>	<b>117.787</b>	<b>6.611</b>	<b>52.969</b>	<b>59.580</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>									
Banco do Brasil - DMLP (b).....	<b>962</b>	<b>7.260</b>	<b>8.222</b>	<b>1.015</b>	<b>8.298</b>	<b>9.313</b>	<b>1.390</b>	<b>12.357</b>	<b>13.747</b>
	<b>962</b>	<b>7.260</b>	<b>8.222</b>	<b>1.015</b>	<b>8.298</b>	<b>9.313</b>	<b>1.390</b>	<b>12.357</b>	<b>13.747</b>
Debentures não convorc. ..	-	13.595	13.595	-	-	-	-	-	-
Leasing.....	<b>2.254</b>	<b>11</b>	<b>2.265</b>	<b>2.503</b>	<b>885</b>	<b>3.388</b>	<b>2.300</b>	<b>3.228</b>	<b>5.528</b>
	<b>2.254</b>	<b>13.606</b>	<b>15.860</b>	<b>2.503</b>	<b>885</b>	<b>3.388</b>	<b>2.300</b>	<b>3.228</b>	<b>5.528</b>
<b>Total .....</b>	<b>8.972</b>	<b>181.324</b>	<b>190.296</b>	<b>16.877</b>	<b>113.611</b>	<b>130.488</b>	<b>10.301</b>	<b>68.554</b>	<b>78.855</b>

(a) Caixa Econômica Federal: empréstimo em fase de retorno, financiado em 18 anos, com taxa de juros de 6% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2011. Os pagamentos são efetuados mensalmente. Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos, com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.

(b) Banco do Brasil - DMLP: dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF 089/96 e 192/96. O último vencimento será no ano 2024.

(c) BNDES - financiamento em fase de carência (até janeiro de 2011), com prazo estipulado para pagamento total em 24 anos (junho de 2023) sob vinculação de receita, com taxa de juros de 1,61% acrescido da TJLP vigente.

(d) Através da assembleia de acionistas do dia 14/01/2010, ficou aprovado a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debentures perfazendo um total de R\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries. O valor atual corresponde a primeira série.

### Primeira série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010  
Prazo 121 meses  
Carência do principal 36 meses  
Amortização 85 meses  
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020  
Remuneração TJLP + 2,34% a.a.  
Valor R\$12.320.000,00

### Segunda série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010  
Prazo 11 anos  
Carência do principal 48 meses  
Amortização 7 anos  
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020  
Remuneração IPCA + 2,34% a.a.  
Valor R\$13.200.000,00

### Terceira série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010  
Prazo 10 anos (121 meses)  
Carência do principal 36 meses  
Amortização 85 meses  
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020  
Remuneração TJLP + 2,34% a.a.  
Valor R\$18.480.000,00



Essa 1ª emissão está garantida por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica, cujo saldo mínimo contratual seja R\$3.500.000,00.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da Cesan:

- Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP
- Controle e redução de Perdas
- Instalação e substituição de hidrômetros
- Instalação de nova sala cofre
- Realização de estudos e projetos
- Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

## 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ISS.....	2.417	2.686	1.186
Contribuição social.....	150	123	143
Contribuições retidas na fonte.....	271	828	777
PASEP.....	321	315	228
COFINS.....	1.507	1.440	1.050
INSS.....	4.067	4.011	3.598
FGTS.....	1.487	567	531
Salário-educação.....	893	955	913
Outras retenções e contribuições.....	14	12	18
Imposto de renda.....	<b>1.263</b>	<b>1.038</b>	<b>1.024</b>
<b>Total</b> .....	<b>12.390</b>	<b>11.975</b>	<b>9.468</b>

## 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia é de constituir provisão para ações consideradas como perdas prováveis.

### 15.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Cível (i).....	1.369	-	-	775	775	775
Trabalhista (ii).....	<b>16.215</b>	<b>15.101</b>	<b>9.721</b>	<b>11.730</b>	<b>13.777</b>	<b>14.749</b>
<b>Total</b> .....	<b>17.584</b>	<b>15.101</b>	<b>9.721</b>	<b>12.505</b>	<b>14.552</b>	<b>15.524</b>
Curto prazo.....	-	-	-	196	596	1.568
Longo prazo.....	<b>17.584</b>	<b>15.101</b>	<b>9.721</b>	<b>12.309</b>	<b>13.956</b>	<b>13.956</b>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- A provisão cível refere-se ao processo movido por fornecedor da Companhia em 8 de fevereiro de 2002, decorrente do contrato de serviços operacionais existente entre as partes.
- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

### 15.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Cível (i).....	15.612	11.655	11.221
Trabalhista (ii).....	<b>14.663</b>	<b>13.531</b>	<b>23.679</b>
<b>Total</b> .....	<b>30.275</b>	<b>25.186</b>	<b>34.900</b>

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- Refere-se à ações de indenização por danos materiais e morais. Os processos encontram-se em julgamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IRPJ (a).....	42.297	40.565	38.696
INSS (b).....	17.270	16.779	16.253
Salário-educação parcelado.....	1.414	2.218	3.015
IRPJ sobre reserva de reavaliação (c).....	49.225	50.831	47.262
CSLL sobre reserva de reavaliação (c).....	17.648	18.226	16.981
INSS parcelado.....	1.271	2.002	2.591
CSLL parcelada.....	<b>202</b>	<b>317</b>	<b>431</b>
	<b>129.327</b>	<b>130.938</b>	<b>125.229</b>

- Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$36.516 mil, registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo.
- Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos, sendo que parte foram objeto de enquadramento no Refis 3 (Lei 11.941/09).
- Imposto de Renda e contribuição social sobre o resultado da reavaliação do ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

## 17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora.

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjecto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 mil que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Conforme solicitado pela NPC 26 do Ibracon "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, os Planos de Benefícios Previdenciários da FAECES, referentes aos planos por ela patrocinados. Os resultados dessa avaliação foram apurados por atuário Independente, que emitiu parecer utilizando-se do método da unidade de crédito projetado.

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral AT-83 com três anos de agravamento em substituição à Tábua AT-49. Os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando o Regime de Capitalização, na forma definida pelo Método de Crédito Unitário Projetado, e o Pecúlio Morte e o Resgate de Contribuição pelo Regime de Repartição Simples. O ônus decorrente da implantação da Tábua AT-83 foi absorvido pelo superávit acumulado existente, não existindo nenhuma transferência de custos para os participantes e patrocinador.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de plano:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participantes Ativos.....	<b>1.326</b>	<b>1.245</b>	<b>971</b>
	1.326	1.245	971
Participantes Assistidos:			
Aposentados.....	624	557	516
Pensionistas.....	128	113	111
Outros.....	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>10</b>
	757	677	637
<b>Total</b> .....	<b>2.083</b>	<b>1.922</b>	<b>1.608</b>

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2010, a CESAN contribuiu com R\$2.940 mil (R\$3.178 mil em 2009).

# 100% dos moradores com água tratada nas áreas urbanas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## 18. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

O saldo em 31 de dezembro está assim demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos monetários de acionistas .....	65.000	60.000	60.000
Créditos do projeto águas limpas .....	211.149	139.294	65.208
<b>Total .....</b>	<b>276.149</b>	<b>199.294</b>	<b>125.208</b>

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A companhia é controlada pelo Estado do Espírito Santo, que detém 99,51% das ações da sociedade. Os 0,49% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à administração pública do Estado.

Os saldos e operações com partes relacionadas são relacionadas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$848.280 mil, representado por 848.279.857 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo .....	629.592.335	74,22
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo .....	211.999.317	24,99
Minoritários .....	<b>6.688.205</b>	<b>0,79</b>
	<b>848.279.857</b>	<b>100,00</b>

### 20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

### 20.3. Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Lucro líquido do exercício .....	62.414	70.308	43.827
Reserva legal (5%) .....	(3.121)	(2.634)	(2.191)
Realização da reserva de reavaliação .....	<b>4.239</b>	<b>14.167</b>	<b>5.114</b>
Base de cálculo dos dividendos .....	63.532	81.841	46.750
Dividendos (25%) .....	15.883	20.460	11.688
Juros sobre capital próprio .....	30.900	23.000	21.000
Imposto de renda retido na fonte .....	<b>(25)</b>	<b>(19)</b>	<b>(19)</b>
Valor líquido para distribuição .....	<b>30.875</b>	<b>22.981</b>	<b>20.981</b>

### 20.4. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$32.632 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2009, no montante de R\$41.203, foi destinada ao aumento do capital social da Companhia.

## 20.5. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2010) pagas aos empregados e administradores:

	31/12/2010	31/12/2009
Maior remuneração - em reais .....	14.617	13.456
Menor remuneração - em reais .....	738	694

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Estratégica por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 3210/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2010, a base foi de 1,0 a 2 salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2010.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$4.283 (R\$6.140 em 2009) para fazer face a esse compromisso.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações		Valores em R\$mil	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento de água				
Residencial .....	489.235	476.551	240.934	228.104
Comercial .....	22.900	22.092	44.859	42.165
Industrial .....	1.266	1.265	47.677	43.466
Órgãos públicos .....	7.491	7.419	27.359	24.703
Outras receitas do fornecimento de água .....	-	-	<b>5.604</b>	<b>3.515</b>
	520.892	507.327	366.433	341.953
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial .....	120.173	114.126	53.190	48.453
Comercial .....	7.296	6.877	8.524	7.791
Industrial .....	485	513	1.380	1.218
Órgãos públicos .....	1.799	1.656	3.101	2.824
Outras receitas dos serviços de esgoto .....	-	-	<b>87</b>	<b>91</b>
	129.753	123.172	66.282	60.377

(-) Deduções da receita

PASEP .....	(4.398)	(4.051)
COFINS .....	<b>(20.222)</b>	<b>(18.623)</b>
	(24.619)	(22.674)
<b>Total .....</b>	<b>408.096</b>	<b>379.656</b>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos .....	(22.277)	(17.757)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais .....	(11.486)	(4.138)
Receita de acréscimos por impontualidade de tarifas .....	6.248	3.702
Resultado de variação cambial ativa .....	<b>1.072</b>	<b>4.137</b>
	<b>(26.443)</b>	<b>(14.054)</b>

## 23. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas gerais e administrativas da unidade .....	(24.691)	(24.417)
Perdas no recebimento de tarifas .....	(33.343)	(29.829)
Reversão de perdas .....	<b>6.583</b>	<b>6.823</b>
	<b>(51.451)</b>	<b>(47.423)</b>

## 24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas com pessoal .....	(35.259)	(46.480)
Despesas com materiais .....	(1.823)	(1.497)
Despesas com serv. de terceiros .....	(21.414)	(22.440)
Outras despesas .....	<b>(10.911)</b>	<b>(2.620)</b>
	<b>(69.407)</b>	<b>(73.037)</b>

## 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2010	31/12/2009
Resultado de Construções (nota 11) .....	1.725	833
Reversões para ajuste do ICPC-01 .....	13.276	12.104
Doações e Contribuições Recebidas .....	3.397	557
Ganho atuarial .....	-	11.144
Demais receitas .....	<b>4.805</b>	<b>10.729</b>
	<b>23.203</b>	<b>35.367</b>

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 26.1. Imposto de renda do exercício

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes da JSCP e participação dos empregados .....	71.775	83.946
Juros sobre o capital próprio .....	(30.900)	(23.000)
Participação dos empregados .....	(4.283)	(6.140)
Lucro antes dos impostos e contribuições .....	36.592	54.806
<b>Adições</b>		
RTT .....	1.916	2.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	-	787
Depreciação de bens reavaliados .....	6.400	7.740
Atualização de IRPJ sob Judice .....	1.732	1.868
Provisão para ajuste atuarial .....	-	-
Outras adições .....	<b>16.701</b>	<b>958</b>
	26.749	13.660
<b>Exclusões</b>		
RTT .....	(20.692)	(23.135)
Pagamentos efetuados à FAECES .....	(4.521)	(4.127)
Reversão provisão para ajuste atuarial .....	-	(11.144)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas .....	(1.404)	(972)
Outras exclusões .....	<b>(698)</b>	<b>(25)</b>
	(27.315)	(39.403)
Subtotal .....	36.026	29.063
Compensação de prejuízo fiscal .....	<b>(10.807)</b>	<b>(8.719)</b>
Base de cálculo .....	25.219	20.344
Alíquota - 15% .....	3.782	3.052
Alíquota - 10% .....	2.498	2.010
IR diferido e (-) IR sobre a reserva de reavaliação .....	(3.118)	309
Incentivos fiscais .....	<b>(204)</b>	<b>(182)</b>
	<b>2.958</b>	<b>5.189</b>

### 26.2. Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes da JSCP e participação dos empregados .....	71.775	83.946
Juros sobre o capital próprio .....	(30.900)	(23.000)
Participação dos empregados .....	(4.283)	(6.140)
Lucro antes dos impostos e contribuições .....	36.592	54.806
<b>Adições</b>		
RTT .....	1.916	2.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	-	787
Depreciação de bens reavaliados .....	6.400	7.740
Atualização de IRPJ sob Judice .....	1.732	1.868
Provisão para ajuste atuarial .....	-	-
Outras adições .....	<b>16.701</b>	<b>958</b>
	26.749	13.660
<b>Exclusões</b>		
RTT .....	(20.692)	(23.135)
Pagamentos efetuados à FAECES .....	(4.521)	(4.127)
Reversão provisão para ajuste atuarial .....	-	(11.144)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas .....	(1.404)	(972)
Outras exclusões .....	<b>(698)</b>	<b>(25)</b>
	(27.315)	(39.403)
Subtotal .....	36.026	29.063
Compensação de prejuízo fiscal .....	<b>(10.807)</b>	<b>(8.719)</b>
Base de cálculo .....	25.219	20.344
Alíquota - 9% .....	2.269	1.831
CSI diferida (-) CSI sobre a reserva de reavaliação .....	(149)	478
	<b>2.120</b>	<b>2.309</b>

## 27. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multirriscos sobre seus ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui dois segmentos de negócios, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotamento sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais direta e indiretamente alocadas a esses segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Composição	2010			2009		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita bruta dos serviços .....	366.433	66.282	432.715	341.953	60.377	402.330
(-) Impostos sobre serviços .....	<b>(20.848)</b>	<b>(3.771)</b>	<b>(24.619)</b>	<b>(19.272)</b>	<b>(3.403)</b>	<b>(22.675)</b>
Receita líquida dos serviços .....	345.585	62.511	408.096	322.681	56.974	379.655
Custo dos serviços prestados .....	<b>(156.551)</b>	<b>(55.672)</b>	<b>(212.223)</b>	<b>(145.651)</b>	<b>(50.911)</b>	<b>(196.562)</b>
Lucro bruto .....	189.034	6.839	195.873	177.029	6.064	183.093
Despesas operacionais .....	<b>(110.423)</b>	<b>(19.974)</b>	<b>(130.397)</b>	<b>(111.618)</b>	<b>(19.708)</b>	<b>(131.326)</b>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro .....	<b>78.610</b>	<b>(13.134)</b>	<b>65.476</b>	<b>65.411</b>	<b>(13.644)</b>	<b>51.767</b>

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a CESAN não realizou operações com derivativos.

### a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

### b. Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

### c. Moeda estrangeira

Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

### d. Gestão de Risco Financeiro

#### d.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição da Companhia ao risco de câmbio ocorre devido ao fato de uma parcela significativa de seu endividamento ser expressa em moeda estrangeira, principalmente o dólar, mesmo com a Companhia gerando suas receitas operacionais em Reais. A Companhia também está exposta ao risco de taxa de juros devido a variações nas taxas de juros que afetam as despesas financeiras líquidas.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 janeiro de 2009, a Companhia não registrou operações de câmbio futuro.

#### (a) Risco de mercado

##### Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco.

##### Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto



# Vitória será a 1ª capital do país com 100% de esgoto tratado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

#### (c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

#### d.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total de empréstimos e financiamentos .....	192.296	130.488	78.855
Menos: caixa e equivalentes de caixa .....	(38.297)	(44.041)	(38.161)
Dívida Líquida .....	153.999	86.447	40.694
Total do capital próprio .....	1.040.059	927.520	818.893
Capital total .....	1.789.315	1.568.788	1.302.551
Índice de alavancagem .....	41,87%	40,88%	37,13%

Em 31 de dezembro de 2010, o índice de alavancagem da Companhia aumentou para 41,87%, comparado com 40,88% em 31 de dezembro de 2009, e 37,13% em 1 de janeiro de 2009, devido aos investimentos realizados nos serviços de infraestrutura e na política de captação de recursos de terceiros.

#### COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

**Neivaldo Bragato**  
Diretor-presidente

**Carlos Eduardo F. Saleme**  
Diretor de Operação Metropolitana

**Carlos Fernando Martinelli**  
Diretor de Operação do Interior

**Anselmo Tozi**  
Diretor de Meio Ambiente

**Ricardo Maximiliano Goldschmidt**  
Diretor de Relações com o Cliente

**Edmar José Zorral**  
Gerente Financeiro e Contábil

**Silvana Ciqueira Alves Menegaz**  
Contadora CRC ES012257/O-7

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento Vitória - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigên-

cias éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

#### OUTROS ASSUNTOS

##### Demonstrações de valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2011

**Antônio de Pádua Soares Pelicarpó**  
Sócio-contador  
CRC MG27739/O-3 "S" ES

**BDO Auditores Independentes**  
CRC 2SP013439/O-S "S" ES

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - BDO Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.803.248 (um bilhão, oitocentos e três milhões e duzentos e quarenta e oito mil reais), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 24 de março de 2011.

**Edson Luiz Bermudes Ferreira** **Miguel dos Santos Costa** **Sérgio da Cunha Rodrigues**  
Conselheiro **Conselheiro** **Conselheiro**

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### EXERCÍCIO DE 2010

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 1.803.248 (Um bilhão, oitocentos e três milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 31 de março de 2011.

**Iranilson Casado Pontes** **Neivaldo Bragato** **Paulo Ruy Valim Carnelli**  
Presidente do C.A. **Conselheiro** **Conselheiro**  
**Elizabeth Maria Dalcolmo Simão** **José Alves Paiva** **Leopoldino Batista Neto**  
**Conselheira** **Conselheiro** **Conselheiro**